



## **Rádio Livre: voz que vem da prisão ou vai para a prisão?<sup>1</sup>**

Ana Karolina Cavalcante ASSUNÇÃO<sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **RESUMO**

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a Rádio Livre, iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará para levar informação e entretenimento a internos e internas do sistema carcerário cearense, apontada também como projeto de (res)socialização e (re)integração do preso à sociedade. Discute sobre participação do preso e da sociedade civil e questiona se o projeto consegue transformar os indivíduos, buscando a sociabilização deles, ou se é apenas mais uma forma de controle do Estado e de reafirmação de padrões e visões de mundo hegemônicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rádio Livre; sistema carcerário; participação; sociedade civil.

### **INTRODUÇÃO**

“Agrade ou não agrade, todos à grade para ouvir a PR-ANL – A Voz da Liberdade” (BARBOSA, 2007, p.141). Com esse *slogan*, presos do Pavilhão dos Primários, da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, na época do Estado Novo, iam, todas as noites, atentos para as grades das celas para ouvir a programação da Rádio Libertadora.

A “rádio”, citada por Graciliano Ramos na obra *Memórias do Cárcere*, consistia em “programas de rádios” produzidos pelos próprios presos. A tecnologia utilizada por eles: somente a própria voz. De acordo com a pesquisadora Marialva Barbosa (2007), os internos da Casa de Detenção, à noite, gritavam e cantavam de suas celas, comunicando-se através “de uma emissora de rádio imaginária” (2007, p.141): a Rádio Libertadora<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC-UFF). Pesquisa de mestrado orientada por: João Batista de Abreu Junior, email: karolina.assuncao@gmail.com.

<sup>3</sup> Também foi denominada Rádio Libertadora a experiência desenvolvida por Carlos Marighella, durante a ditadura militar brasileira. O projeto, desenvolvido pelo líder revolucionário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), consistia em divulgar ideais revolucionários para rádios e alto-falantes.



[...] das celas gritam e cantam, improvisando programas de uma rádio, que denominaram Libertadora. É assim que os prisioneiros fazem circular informações ou simplesmente encontram maneiras de se distrair. Todas as noites, após o jantar, eles ouvem um dos presos – eleito locutor oficial devido a sua voz possante – anunciar o início de cada emissão (BARBOSA, 2007, p.141)

Em 2013, portanto, mais de 50 anos da experiência da rádio narrada por Graciliano Ramos, surge, no Ceará, região Nordeste do Brasil, uma rádio que também tem presídios e penitenciárias como principais locais para ecoar a voz dos locutores. Entretanto, diferentemente da Rádio Libertadora, a iniciativa cearense não tem a população presa como protagonista do processo.

Com o *slogan* “A liberdade está no ar”, a Rádio Livre funciona através de caixas de som espalhadas em seis unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza: Casas de Privação Provisória de Liberdade II, III e IV, em Itaitinga, e Casa de Privação Provisória de Liberdade de Caucaia; Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo; e Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF).

A iniciativa, desenvolvida pela Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus) do Ceará, funciona de segunda à sexta-feira, de 8h as 19h, com programas produzidos por funcionários da secretaria e colaboradores de entidades religiosas.

No presente artigo, pretende-se apresentar a Rádio, discutindo aspectos relacionados à participação e sociedade civil. A Rádio Livre faz parte da pesquisa de mestrado (ainda em fase preliminar) desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF), que tem a intenção de analisar essa prática comunicativa desenvolvida nos presídios cearenses.

## **O SISTEMA CARCERÁRIO NO CEARÁ**

O alto índice de encarceramento ainda é uma realidade que persiste no sistema penal brasileiro. Dados da organização social Conectas Direitos Humanos relevam que o Brasil possui atualmente 548 mil presos, sendo a quarta maior população carcerária no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia.

O Ceará possuía, em janeiro de 2014, 19.392 pessoas cumprindo pena, maior número registrado até agora no estado, com uma taxa de crescimento que supera a



média nacional. Segundo a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado<sup>4</sup>, enquanto o aumento da média brasileira é de 5,5%, no Ceará, a taxa é de 10%.

O crescente número de presos no estado tem levado o Governo a construir mais unidades prisionais. Somente nos últimos cinco anos, pelo menos quatro unidades foram inauguradas: Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (localizada no município de Pacatuba), inaugurada em novembro de 2011; casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III), e Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Penitenciário Elias Alves da Silva (CPPL IV), inauguradas em julho de 2009, agosto de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, sendo todas no município de Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza.

Mesmo com a construção dessas unidades, a realidade de superlotação ainda persiste no estado. Conforme reportagem publicada no jornal O Povo<sup>5</sup>, das 19.392 pessoas que estão no sistema carcerário, 14 mil estão em regime fechado (incluindo privação provisória de liberdade) disputando espaço em penitenciárias e presídios construídos para receber 10.602 presos. Ou seja, atualmente o Ceará possui um *déficit* de 3.400 vagas.

A situação do sistema carcerário cearense, entretanto, não destoa do restante do país. No Brasil, o *déficit* de vagas chega a 207 mil. Como se pode perceber, o sistema carcerário cresce cada vez mais e a quantidade de prisões e penitenciárias construídas não é suficiente para receber o contingente de presos nem possuem condições humanas para tal.

Recorrentemente, têm-se notícias de problemas em presídios, tais como: superlotação, falta de infraestrutura e condições de higiene, casos de torturas e homicídios, entre outros. Além disso, a política de encarceramento envia aos presídios indivíduos cujos crimes não necessariamente representariam um perigo para a sociedade.

O sistema carcerário brasileiro, por exemplo, é constantemente alvo de críticas e lida, permanentemente, com crises. Pode-se citar, a título de ilustração, a crise do sistema penitenciário do Maranhão, que estampou, no início de 2014, manchetes e capas de jornais e revistas. Além da superlotação, o presídio convive com a presença de

---

<sup>4</sup> De acordo com entrevista com a atual secretária de Justiça e Cidadania, Mariana Lobo, realizada no Debates do O Povo, programa transmitido pela Rádio O Povo/CBN de 30 de dezembro de 2013.

<sup>5</sup> Reportagem: “Ceará tem 19.392 presos, o maior número da história”, divulgada no dia 10 de janeiro de 2014.



“facções criminosas” que conseguem coordenar ações executadas fora do presídio, e brigas entre grupos rivais. Somente em 2013, 60 presos morreram no Presídio de Pedrinhas, no Maranhão e, segundo informações da imprensa, no início de 2014, quatro ônibus foram queimados no estado supostamente a mando de pessoas que estão no presídio.

## **PARA CONHECER A RÁDIO LIVRE**

Desde o dia 10 de janeiro de 2013, os dias dos internos e das internas do sistema carcerário cearense passaram a contar com mais música e informação. Caixas de som espalhadas por “ruas” de seis penitenciárias da Região Metropolitana de Fortaleza começaram transmitir a programação da Rádio Livre<sup>6</sup>, que tem como *slogan* a frase “A liberdade está no ar”.

O projeto desenvolvido pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h, com o objetivo de contribuir para a (re)integração dessas pessoas, possibilitando um “contato” com quem está fora do sistema carcerário.

De acordo com o sítio eletrônico da Secretaria<sup>7</sup>, os internos escutam a programação da rádio através de caixas de som espalhadas por vivências das seis unidades que participam do projeto: Casas de Privação Provisória de Liberdade II, III e IV, em Itaitinga, e Casa de Privação Provisória de Liberdade de Caucaia; Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo; e Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF).

A iniciativa é coordenada pelo jornalista Felipe Sampaio e conta ainda com o apoio de um egresso do sistema carcerário que hoje trabalha na rádio e produz um programa religioso semanal e de uma interna que se encontra em regime semiaberto. Mesmo sendo voltada para o público carcerário, os produtores não têm contato cotidiano direto com os internos, visto que o estúdio funciona na sede da Sejus, sendo as visitas da produção às unidades apenas em ocasiões específicas, como datas

---

<sup>6</sup> A programação da Rádio também pode ser ouvida por familiares e pessoas interessadas através do sítio eletrônico: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/54-categoria-video/1268-radio-livre>

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/54-categoria-video/1268-radio-livre>> Acesso em: 11 de jun. 2013.



comemorativas, encerramento de cursos e capacitações, eventos realizados nas unidades e manutenção do equipamento sonoro.

Como é transmitida através de caixas de som, a escuta é compulsória, ou seja, os internos não têm escolha de ligar/desligar o rádio ou diminuir/aumentar o volume, cabendo a eles apenas a decisão entre ouvir ou escutar<sup>8</sup>.

A rádio se propõe a ser um veículo de comunicação voltado principalmente para a população carcerária, mas também atua como canal de comunicação entre presos, familiares, autoridades jurídicas e sociedade. Isso porque, além das caixas de som nas unidades, o público “externo” pode ouvir a programação via internet, através do endereço eletrônico: <http://www.sejus.ce.gov.br><sup>9</sup>.

A Rádio Livre é colocada como um projeto de ressocialização de presos, sendo uma forma de contato dos internos com o mundo externo, quebrando – mesmo que de forma parcial – o isolamento existente dentro da prisão.

Mesmo com o surgimento e a difusão de novas tecnologias e meios de comunicação cada vez mais avançados, como internet, o rádio ainda fascina a muitos e é um dos meios mais democráticos, visto que está ao alcance da maioria da população. Pessoas alfabetizadas e analfabetas, moradores de grandes cidades e de zonas rurais, crianças, adultos e idosos podem ouvir programas radiofônicos (KAPLÚN, 1999).

Além da facilidade de acesso, o caráter oral do rádio, juntamente com efeitos sonoros, e o tom de voz do locutor dão uma sensação de intimidade, de aproximação entre emissor e receptor. O rádio ainda possui uma característica de “companheiro”, que acompanha a pessoa nas atividades do dia-a-dia (principalmente pelo fato de que o meio permite a realização de diversas tarefas simultaneamente à escuta dos programas), informa o ouvinte sobre os principais acontecimentos, dá dicas e até conselhos, servindo de “canal” entre ouvinte e mundo externo.

Esses aspectos são importantes de serem lembrados, visto que se trata de uma rádio destinada a um público privado de liberdade – daí a importância do rádio como companheiro e como elemento de conexão com a realidade fora da instituição – que, em sua maioria, não possui grau de instrução elevado.

---

<sup>8</sup> De acordo com FERRARETTO (2001), alguns autores (ROMO GIL, 1994; SCHAEFFER, s.d) diferenciam a prática do ouvir e do escutar. Para eles, ouvir significa algo mais passivo, como simplesmente notar o som, enquanto que escutar remete à ação, à atenção.

<sup>9</sup> Apesar de a transmissão via internet facilitar o “contato” dos familiares com os internos, também pode ser considerada uma dificuldade, visto que, devido às condições socioeconômicas, nem todos têm acesso diariamente à internet, impossibilitando, assim, o acompanhamento da programação da Rádio Livre.



A Rádio Livre é transmitida aos internos através de caixas de som, sistema utilizado pelas chamadas “rádio povo”, “rádio popular” ou “rádio poste” (PERUZZO, 1998). Esse tipo de rádio teve maior destaque durante a década de 1980, período em que ganhou força a rádio com caráter popular e comunitário<sup>10</sup> desenvolvida por movimentos populares e organizações de base da América Latina.

Aos poucos, as rádios de alto-falante deram lugar às emissoras de rádio de baixa potência, o que não significa que foram extintas. Mesmo em número reduzido, as “rádios poste” ainda estão presentes em várias comunidades e estabelecimentos<sup>11</sup>.

O termo “Livre” no nome da rádio em questão pode ser interpretado tanto do ponto de vista de a rádio ser um projeto de ressocialização dos internos, buscando, portanto, ajudá-los a conquistar novamente a “liberdade”, como remete a outro tipo de comunicação, que faz contraponto à mídia comercial e hegemônica no país.

Entretanto, por mais que a rádio não tenha fins comerciais, deve-se levar em consideração que é uma iniciativa desenvolvida no âmbito do governo estadual, ou seja, é controlada pelo Estado. Além disso, é voltada principalmente para a população carcerária, sujeitos que estão sob tutela do Estado. Como não possui os presos como protagonistas – sendo a participação nela até mesmo limitada -, a Rádio Livre não pode ser considerada comunitária e pode até ser questionada quanto ao fato de ser “livre” (livre para quem?).

Vale lembrar que o baixo custo com manutenção facilita o uso da rádio, entretanto, Uribe (2004) observa que sua recepção é limitada. Por se tratar de caixas de som ou de alto falantes, a mensagem só chega a quem está próximo do equipamento. Por outro lado, a escuta também é compulsória, pois quem está muito próximo das caixas não pode optar por ouvir ou não, já que não há como desligar ou controlar o volume do equipamento de forma individual (sem afetar outros/as ouvintes), questão que também deve ser levada em consideração, já que se trata de uma rádio em presídios, onde os ouvintes não podem sair dali por simples escolha.

---

<sup>10</sup> Cílicia Peruzzo (2011) considera comunicação popular, alternativa ou comunitária: “como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir de movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’”. Ou seja, é uma comunicação que tem a população como protagonista, em contraponto à mídia comercial hegemônica.

<sup>11</sup> Um exemplo de rádio poste é a rádio Centro de Comunicação Alternativa, da comunidade São Vicente de Paulo (também conhecida como Quadra), localizada em Fortaleza, Ceará. A rádio, produzida pelos moradores há duas décadas, foi tema de artigo meu com mais duas pesquisadoras. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1493-2.pdf>>



É interessante observar que, no contexto da Rádio Livre, o nível de participação das pessoas é limitado. Familiares que querem mandar recados podem ligar para o estúdio para transmitir suas mensagens ou pedir músicas. Nos dias de visitas aos presídios, também podem escrever bilhetes e depositar em caixas estrategicamente posicionadas nas entradas nas unidades. No caso dos presos, sugestões, pedidos de músicas e críticas são feitos através de cartas ou de recados gravados durante a visita da equipe da rádio às unidades.

## **PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

O caso da Rádio Livre retoma uma discussão já tratada em muitos estudos sobre o papel do Estado e da Sociedade Civil. A iniciativa em questão, desenvolvida pelo poder público, sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Ceará, possui colaboração de setores da sociedade civil, aqui representada por entidades religiosas. Nesse contexto, deve-se destacar a contribuição de Gramsci para a discussão.

De acordo com Coutinho (1981), Gramsci, em sua “teoria ampliada do Estado”, considera Estado, em sentido amplo, a junção entre sociedade política (Estado no sentido estrito) e sociedade civil. A sociedade civil, assim, faz parte do Estado, em sentido mais amplo:

Portanto, o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc (COUTINHO, 1981, p. 91) [grifos do autor]

O filósofo italiano trabalha com a perspectiva de classe. Assim, para ele, conforme destacado por Coutinho (1981), sociedade política e sociedade civil têm o objetivo de conservar os interesses de uma determinada classe. No caso da sociedade civil, as classes tentam exercer hegemonia a partir de direcionamento político, de



ideologias. Já na sociedade política, - o Estado, no sentido estrito -, para Gramsci, a dominação se dá mediante a coerção.

De acordo com o filósofo cubano Jorge Luis Acanda (2006), a ideia de sociedade civil, fonte de discussões e debates no século XIX, voltou a ganhar força nos anos 1970, com significados diferentes para cada contexto. Assim, de acordo o autor, no Leste Europeu, o termo passou a ser colocado como sinônimo de anticomunista; no âmbito dos países capitalistas desenvolvidos, sociedade civil ganhou a conotação de associações para enfrentar questões sem a interferência do Estado (caráter liberalista); já para a esquerda latino-americana, que vivia o contexto das ditaduras militares, o termo sociedade civil tinha a ideia de resistência, de oposição ao neoliberalismo.

No caso específico da Rádio Livre, observa-se a “participação” de vários atores distintos. A produção é feita por funcionários do Governo, no âmbito do Estado, mas possui a participação de presos, familiares e entidades religiosas, aqui consideradas como sociedade civil.

Entretanto, é importante chamar a atenção para o “lugar” e o tipo de participação de cada um desses atores. No caso dos presos, pessoas tuteladas pelo Estado, a participação se dá apenas com pedidos de música e recados/depoimentos escritos ou gravados quando a equipe de produção vai aos presídios. Situação não muito diferente dos familiares dos internos, os quais podem participar através de bilhetes depositados em urnas localizadas nas entradas das unidades ou através de recados por telefone.

As entidades religiosas, por sua vez, - aqui representadas por grupos da renovação carismática católica, centro espírita e igrejas evangélicas – possuem um espaço na programação da rádio para veicularem seus programas semanalmente (os programas religiosos vão ao ar de segunda à sexta-feira à noite, sendo que cada dia é destinado a um grupo diferente).

É importante destacar que a sociedade civil também é campo de disputa pela hegemonia e que esta não se resume ao aspecto econômico, mas a uma liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as outras, o que, neste caso, pode ser também representado pela religião.

No caso dos presídios, sabe-se que a participação não pode ocorrer de forma plena, já que os detentos estão privados de liberdade em uma instituição do Estado, ou seja, estão sob custódia do Estado (quem, no caso, detém o poder). Mesmo disponibilizando o espaço da rádio para a comunidade interessada em produzir programas, como a rádio funciona dentro de uma instituição do Estado (Secretaria de



Justiça do Estado) e é voltada também para pessoas tuteladas por ele, o nível de participação acaba sendo controlado, como destaca Peruzzo:

Essa forma de participação é facilmente detectável no relacionamento de segmentos da população e de organizações populares com órgãos do poder público. Ela pode ter seu início em decorrência de pressão das próprias bases, como uma conquista, ou ser concedida, como uma oferta de cima para baixo (...). Tal oferta é ‘controlada’ por se dar com base em determinadas restrições – ou seja, é limitada – e ainda por poder ser manipulada. (PERUZZO, 1999, p.78-79)

No contexto da Rádio Livre, a participação de pessoas de “fora” da Secretaria se dá predominantemente na produção de programas religiosos, sendo comandados por setores da igreja evangélica, renovação carismática católica e centro espírita. Resta saber se, nesse caso, os programas produzidos por tais entidades têm o objetivo de transformar os ouvintes, garantindo uma maior conscientização de si e do outro, buscando uma sociabilização deles com o “mundo externo” ou apenas contribui para o controle do Estado e a reprodução de padrões e visões de mundo hegemônicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prisão, por si só, já é uma instituição onde poder e dominação imperam. Os indivíduos presos não perdem somente a liberdade de ir e vir. Nos presídios, passam a seguir regras impostas pela instituição, como horários para alimentação, dias em que irão receber visitas etc.

No contexto dos presídios cearenses seis unidades passaram a conviver, desde 2013, com a Rádio Livre. Funcionando desde janeiro de 2013, os internos passaram a ouvir o som que sai das caixas espalhadas pelas “ruas” das unidades prisionais.

Tendo a forma de escuta compulsória e sem a participação direta dos internos, nota-se que a rádio pode funcionar como mais uma ferramenta de controle do Estado, o qual seleciona o que o preso vai ouvir, quem participa, quais recados serão transmitidos.

Nesse aspecto, percebe-se que a rádio, apresentada como instrumento de (re)integração do preso com a sociedade, possui um nível de participação limitada e controlada, o que pode comprometer o objetivo inicial. Outro ponto é a falta de acesso dos familiares. Como a rádio é transmitida para o público externo através da internet, nem todos os familiares têm acesso à programação e, conseqüentemente, à participação.



Além disso, observa-se que, apesar de se apresentar como um projeto de (res)socialização, a rádio está inserida no contexto carcerário cearense, ou seja, imerso em série de problemas como superlotação, unidades com problemas sanitários, entre outros.

Outra questão a ser destacada é que apenas alguns setores da sociedade civil possuem espaço para programação na rádio. Nesse ponto, também é importante questionar se essa não é mais uma forma de controle do governo. Para isso, faz-se necessário um estudo mais aprofundado, buscando saber o motivo de não possuir representação de outros setores da sociedade e qual o discurso apresentado nesses programas, objeto que poderá ser discutido em um próximo trabalho.

A iniciativa, que poderia ser utilizada também como forma de participação dos presos, levando suas demandas à sociedade e às autoridades penitenciárias, não é utilizada dessa forma, assim como assuntos pertinentes aos problemas cotidianos das prisões não são ali discutidos de forma aprofundada.

Por outro lado, não se pode negar a contribuição da rádio para os presos e para o próprio sistema, visto que a Rádio Livre acaba sendo um instrumento de comunicação do interno com pessoas que estão fora das prisões. Assim, não é necessário que o interno espere dias de visita para saber notícias da família ou deixe de receber informações dos parentes porque estes moram longe e não podem visitá-lo, já que amigos e familiares também podem mandar recados para a rádio por telefone.

## REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, Bruno de. Ceará tem 19.392 presos, o maior número da história. O Povo, Fortaleza, 10. Jan. 2014. Cotidiano, p.4.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981 (Coleção Fontes do Pensamento Político, v.2)
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.
- KAPLÚN, Mario. **Producción de programas de radio: el guión – la realización**. Ediciones CIESPAL. Quito: Editorial “Quipus”, 1999.



PERUZZO, Círcia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.** In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998. Recife. Disponível em: <  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>> Acesso em: 11 de abr. 2012

\_\_\_\_\_. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (orgs.). **Comunicação e Cidadania:** questões contemporâneas. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2011. p.9-27

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. Telecentro Comunitário: dispositivo que viabiliza a inclusão humanista no social. 2008. (Tese). (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

URIBE, Esmeralda Villegas. **Alto-falantes:** Formas autônomas de expressão e de desenvolvimento local. In: PERUZZO, Círcia. **Vozes Cidadãs:** aspectos teóricos e análises das experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara, 2004, p. 113-132.